

## Aposentados

### Trabalho parlamentar reforça defesa da PEC 6/2024

Os dirigentes percorreram os gabinetes de deputados que não assinaram o requerimento de apensamento da PEC 6/2024 à PEC 555/2005, que reduz as contribuições previdenciárias de servidores aposentados e pensionistas.

•pág 03

## Carreira

### Governador de Roraima analisa impactos da paralisação dos Auditores

O governador de Roraima, Antônio Denarium, recebeu a ANFP Nacional, em Boa Vista, para tratar da paralisação dos Auditores Fiscais da Receita Federal. Roraima depende do comércio internacional, com a Venezuela e a Guiana Inglesa.

•pág 04

## Institucional

### Conselheiros prestigiam posse da diretoria do Sindifisco Nacional

O presidente Miguel Nôvo, acompanhado de diversos conselheiros da ANFIP Nacional, esteve presente na posse da nova diretoria do Sindifisco Nacional. A nova gestão passa a ser liderada pelo Auditor Fiscal Dão Real.

•pág 09

# Entidades cobram mais diálogo entre governo e servidores

•pág 02



# ANFIP Nacional debate pauta salarial na Mesa Nacional de Negociação Permanente

O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) reabriu, dia 20 de fevereiro, os trabalhos da Mesa Nacional de Negociação Permanente. O presidente da ANFIP Nacional, Miguel Arcanjo Simas Nôvo, participou da reunião, conduzida pelo secretário de Relações do Trabalho, José Lopez Feijóo.

Na pauta, as reivindicações dos servidores públicos, que, por meio dos diversos fóruns como Fonacate (Carreiras Típicas de Estado), do qual a ANFIP faz parte, e Fonasefe (Servidores Públicos Federais), já haviam apresentado as demandas ao MGI. Vários pontos do documento, protocolado em 2024, não tiveram resolução até o presente momento, por isso constam novamente da pauta apresentada em 2025.

Ainda que ocorra a abertura das tratativas para o serviço público, os Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil estão sem reajuste salarial, em decorrência do não cumprimento do acordo feito com a categoria ano passado. A ANFIP Nacional busca agora que o governo instale as Mesas Específicas e Temporárias para solucionar a questão.

## Reivindicações

Dentre as demandas apresentadas, os servidores públicos federais cobram mais



diálogo entre governo e as entidades representativas; nomeação de todos os aprovados nos últimos concursos; atenção à saúde do servidor; aprimoramento do Programa de Gestão e Desempenho (PGD); apoio à PEC 6/2024, que acaba gradativamente com a contribuição previdenciária de servidores aposentados e pensionistas; e regulamentação da Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que trata de eixos como data base, mandato classista, negociação coletiva e outros temas importantes para os servidores e para a atividade sindical.

## Resposta do governo

Durante a reunião, o MGI apresentou a nova normatização para o pagamento do auxílio-transporte; o Programa de Prevenção

e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação na Administração Pública; e a Política de Atenção à Saúde do Servidor Público Federal.

Após as apresentações do governo, os representantes dos servidores lembraram que tem muita coisa na pauta das entidades desde a reabertura da Mesa Nacional de Negociação Permanente, em 2023, e que até hoje o governo federal não se posicionou, como a revogação de algumas Instruções Normativas de governo anteriores e a equiparação dos benefícios entre os Três Poderes.

Sobre isto, Feijóo prometeu dar retorno nas próximas reuniões da Mesa, que ainda não têm calendário definido, apesar do pedido das entidades para que ocorram mensalmente.

Com informações do Fonacate.

## Expediente

LINHA DIRETA é uma publicação da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil.  
Sede: SBN Qd. 01 BL H Ed. ANFIP - Brasília/DF - CEP: 70040-907  
Telefone: (61) 3251 8100  
Whatsapp: (61) 98289 5150

Envie seus comentários sobre o LINHA DIRETA para o email: comunicacao@anfip.org.br

DIRETORA RESPONSÁVEL  
Marluce do Socorro da Silva Soares

Editora  
Ludmila Machado

REPORTAGEM  
Daiana Lima e Ludmila Machado

Editoração eletrônica  
Allan Vitalino e Gilmar Vitalino

**ANFIP**  
Nacional  
Associação Nacional dos Auditores Fiscais  
da Receita Federal do Brasil

Determinação e trabalho

 [www.instagram.com/anfipnacional](https://www.instagram.com/anfipnacional)

 [www.facebook.com/anfipnacional](https://www.facebook.com/anfipnacional)

 [www.twitter.com/anfipnacional](https://www.twitter.com/anfipnacional)

 [www.youtube.com/anfipoficial](https://www.youtube.com/anfipoficial)



# Trabalho parlamentar reforça defesa da PEC 6/2024

Os vice-presidentes Gilberto Pereira (Executivo) e Tereza Liduína Santiago Félix (Aposentadorias e Pensões), junto ao diretor da Fundação ANFIP, Ariovaldo Cirelo, realizaram, dia 19 de fevereiro, intenso trabalho parlamentar em defesa da PEC 6/2024. A proposta, que visa reduzir gradativamente as contribuições previdenciárias de servidores públicos aposentados e pensionistas, tem sido uma das pautas prioritárias para a Associação.

Durante a visita, os dirigentes percorreram os gabinetes de deputados que ainda não haviam assinado o requerimento de apensamento da PEC 6/2024 à PEC 555/2006, proposta semelhante que já está pronta para votação em Plenário. Entre os parlamentares visitados, destacam-se os contatos com os deputados Guilherme Boulos (PSOL/SP) e Alfreidinho (PT/SP), que demonstraram receptividade ao diálogo e à importância da pauta.

Os representantes da ANFIP também estiveram nos gabinetes de outros parlamentares para solicitar apoio à esta importante reivindicação, incluindo os deputados: Rui Falcão (PT/SP), Adriana Ventura (Novo/SP), Carlos Zarantini (PT/SP), Saulo Pedrosa (PSDB/SP), Baleia Rossi (MDB/SP), Delegado da Cunha (Republicanos/SP), Simone Marquette (MDB/SP), Miguel Lombardi (PL/SP), Tábata Amaral (PSB/SP), Ricardo Silva (PDT/SP), Ely Santos (Republicanos/RJ), Delegado Bruno Lima (PL/PE), Paulo Alexandre Barbosa (PSDB/SP), Rodrigo Gambale (PL/SP), Enfermeira Ana Paula (PL/SC) e Leônidas Cristina (Republicanos/MG).



Esse esforço da ANFIP Nacional reforça o compromisso da Entidade em atuar de forma proativa junto aos parlamentares, buscando esclarecer os benefícios da PEC 6/2024 e mobilizar apoio para sua aprovação. A ANFIP tem destacado, inclusive, que a proposta não extingue a contribuição previdenciária, mas a reduz de forma gradual, garantindo equilíbrio entre os direitos dos aposentados e a sustentabilidade do sistema.

Como resultado do trabalho parlamentar, o deputado Moses Rodrigues (MDB/CE) assinou o requerimento de apensamento. Isto demonstra a importância do diálogo constante com os parlamentares em prol dos interesses dos servidores.

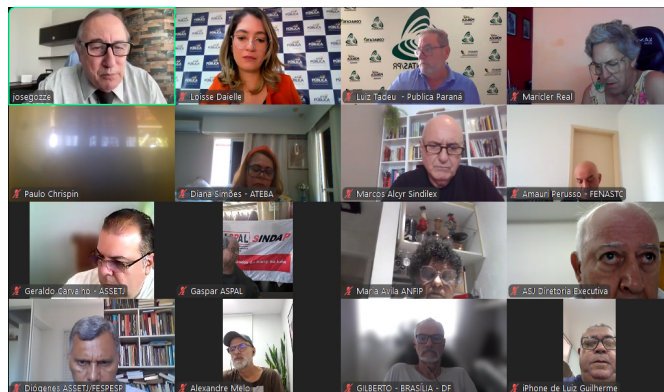
A ANFIP segue comprometida em defender o avanço da proposta no Congresso Nacional e espera que os demais congressistas apoiem esta justa demanda dos servidores aposentados e pensionistas.

# Pública Central do Servidor reúne entidades para elaboração de pauta de reivindicações

A ANFIP Nacional esteve presente na reunião da Diretoria da Pública Central do Servidor, realizada dia 20 de fevereiro, em formato virtual. A Associação foi representada pelo vice-presidente Executivo, Gilberto Pereira, e pela vice-presidente de Política de Classe e Salarial, Maria Ines Ávila, que participaram das discussões e deliberações sobre diversos assuntos relevantes para os servidores públicos.

Dentre os temas abordados na pauta, destacamos: preparação para a reunião da Mesa Nacional de Negociação Permanente e convite para o deputado Cleber Verde (MDB/MA) participar das ações, programadas para o mês de março, em defesa do apensamento da PEC 6/2024 à PEC 555/2006 junto aos diretores da Pública Central.

Na ocasião, o presidente da central sindical, José Gozze, informou aos dirigentes sobre a participação da entidade nas reuniões do Instituto Mosap e da Frente em Defesa do Serviço Público; e da preparação do seminário sobre o Regime Jurídico Único, que acontecerá dia 11 de março, a partir das 9 horas, no Auditório Nereu Ramos, da Câmara dos Deputados.



Na mesma semana, será realizado trabalho parlamentar pelos dirigentes, com o objetivo de visitar os gabinetes dos deputados para pedir apoio às demandas dos servidores públicos.

José Gozze anunciou, ainda, a criação da regional da Pública em Tocantins, que ampliará a representatividade e a atuação da organização no estado.

A ANFIP segue atuando de forma proativa, representando os interesses dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil e contribuindo para o fortalecimento do serviço público brasileiro.

## Governador de Roraima lamenta impactos da paralisação dos Auditores

A ANFIP Nacional, por meio de seu representante de Roraima, Andre Luiz Spagnuolo Andrade, juntamente com o presidente do Sindifisco em Roraima, Omar Rubin, foram recebidos, dia 18 de fevereiro, pelo governador do estado, Antônio Denarium, no Palácio do Governo, em Boa Vista, para tratarem da paralisação dos Auditores Fiscais da Receita Federal.

Roraima é um estado que depende do comércio internacional, com a Venezuela e a Guiana Inglesa, e o movimento preocupa o governador, que tem trabalhado muito para o crescimento do estado.

Antônio Denarium falou da necessidade de haver o funcionamento pleno das aduanas



de Pacaraima (com a Venezuela) e de Bonfim (com a Guiana Inglesa) o quanto antes, para evitar prejuízos na exportação de grãos, óleo de soja, alimentos em geral, e outros itens comercializados com os países. Ele demonstrou interesse em mobilizar senadores e deputados de Roraima a conversarem com o governo federal na busca de uma solução rápida para a questão dos Auditores Fiscais, inclusive conversando também com

governadores e parlamentares da região norte e centro-oeste.

A ANFIP e o Sindifisco, por meio dos seus representantes, mostraram a situação e o pleito da categoria, e também o interesse em ver a questão resolvida o quanto antes. Na avaliação dos dirigentes, a reunião foi bastante produtiva. Os Auditores aguardarão informações sobre a intervenção dos políticos de Roraima junto a representantes do governo federal.



# Nota Pública

## Escassez de Auditores Fiscais na fiscalização dos RPPS preocupa entidade



A Lei nº 11.457/2007 estabeleceu a possibilidade de cessão de até 385 Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (AFRFB) para o Ministério da Previdência Social (MPS), com a finalidade de fiscalizar as Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) e os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS). No entanto, esse quantitativo nunca foi atingido, resultando em uma situação crítica nos quadros de fiscalização. Atualmente, cerca de apenas 80 AFRFB atuam na Previc e 29 na Secretaria de Regime Próprio e Complementar (SRPC), o que corresponde a cerca de 30% do previsto em lei.

A situação é particularmente preocupante no âmbito da fiscalização dos RPPS, onde restam apenas 9 auditores na atividade de fiscalização direta. A iminente aposentadoria de parte significativa desse contingente pode comprometer a continuidade das atividades. Apesar das inúmeras solicitações de recomposição por parte do MPS, a Receita Federal tem negado os pedidos, alegando seu próprio déficit de pessoal.

O Supremo Tribunal Federal consolidou a competência da União para impor sanções aos entes federados no julgamento do RE 1.007.271, reforçando a necessidade de fiscalização adequada dos RPPS, conforme previsto no art. 11 da Lei nº 11.457/2007. No entanto, a crescente precarização desse trabalho representa um risco para a sustentabilidade dos regimes previdenciários e para as contas públicas.

Relatórios do Tribunal de Contas da União e da Controladoria-Geral da União alertam para os riscos dessa redução de pessoal e para a necessidade de reposição dos AFRFB, sob pena de descontinuidade das atividades e possível transferência das atribuições para outros cargos. Esse último ponto é especialmente grave, pois representa uma ameaça direta às prerrogativas legais da categoria dos Auditores Fiscais, cujas atribuições são previstas em legislação específica e são fundamentais para garantir a segurança jurídica das fiscalizações. A ausência de reposição pode levar à atribuição dessas funções a outros cargos, comprometendo a especialização e a isonomia da fiscalização previdenciária.

Diante desse cenário alarmante, a ANFIP Nacional se ergue lutando incansavelmente pela conservação das prerrogativas legais dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil. Sua trajetória é marcada por uma histórica e inabalável defesa da justiça social, combatendo a desigualdade por meio da manutenção de um sistema previdenciário equilibrado e justo. Neste momento crucial, a ANFIP reforça seu compromisso inarredável com a defesa da categoria, assegurando que a fiscalização não seja sucateada e que os direitos previdenciários dos cidadãos brasileiros, tanto do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) quanto dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), sejam garantidos com rigor e responsabilidade.

Ademais, a própria Receita Federal reconhece a necessidade de reforço no quadro de auditores, conforme expresso em solicitações anteriores de concurso público. Se a cessão de novos AFRFB não for autorizada, a fiscalização dos RPPS pode ser gravemente comprometida, acarretando riscos financeiros e institucionais de grande monta.

Portanto, esperamos que a Receita Federal do Brasil compreenda o cenário atual e num esforço republicano atenda à demanda do Ministério da Previdência Social, assegurando a continuidade e eficácia das atividades fiscalizatórias para garantir a integridade do sistema previdenciário brasileiro.

# V CNE: ativos que precisam da liberação de ponto devem solicitar por e-mail

Os Auditores Fiscais ativos, associados à ANFIP Nacional, que necessitem da liberação de ponto para participar da V Convenção Nacional Extraordinária, que acontecerá de 26 de abril a 1º de maio de 2025, em Brasília (DF), devem enviar solicitação pelo e-mail [dispensadeponto@anfip.org.br](mailto:dispensadeponto@anfip.org.br), até 1º de abril de 2025.

Na mensagem do e-mail, os associados precisam informar os seguintes dados:

1. Unidade de lotação;
2. Região Fiscal;
3. Nome do Delegado;
4. Setor;
5. UF;
6. E-mail; e
7. Telefone para contato.

Essas informações são necessárias para que a ANFIP encaminhe o pedido de liberação ao local correto.

Vale lembrar que, a partir de agora, a ANFIP encaminha a solicitação ao delegado da unidade onde o servidor está lotado, porém, todo o processo será de responsabilidade do próprio servidor, conforme as orientações abaixo:

- Não será mais necessária a anuência da Superintendência, nem será publicada uma portaria de autorização. O processo agora será controlado pelo servidor em conjunto com sua chefia imediata.

Ressalta-se, ainda, que os dias solicitados para dispensa de ponto devem ser compensados posteriormente, conforme a [Portaria RFB Nº 333, de 26 de](#)



[junho de 2023](#), art. 2º. A norma estabelece que as ausências dos servidores para participação em eventos de natureza sindical, conforme o art. 1º, poderão ser autorizadas desde que haja a devida compensação de horário.

Por fim, a ANFIP esclarece que solicita a dispensa de ponto conforme os termos estabelecidos na Portaria RFB Nº 333. No entanto, a concessão da dispensa de ponto é uma decisão discricionária e de competência da Autoridade

da Unidade de lotação de cada servidor. A Associação não tem qualquer ingerência ou poder sobre essa decisão, que é exclusiva da Autoridade de cada unidade da RFB.

**Convencionais** - A ANFIP informa que todos os convencionais, eleitos e natos, precisam confirmar presença no evento o quanto antes, por meio do e-mail [secretaria@anfip.org.br](mailto:secretaria@anfip.org.br) ou pelos telefones (61) 3251-8140 e (61) 98151-7925 (WhatsApp).



# Associados do Rio de Janeiro visitam sede da ANFIP Nacional



O presidente Miguel Nôvo e a vice-presidente de Assuntos Jurídicos, Maria Beatriz Fernandes Branco, acompanhado de outros conselheiros da ANFIP Nacional, receberam, dia 19 de fevereiro, em Brasília, os associados Márcia Regina Rangel Barbosa e Marcelo Bragança Bazhuni, do Rio de Janeiro.

No encontro, foi abordado, principalmente, o andamento das ações dos 3,17%, que contempla Auditores Fiscais egressos da extinta Secretaria da Receita Previdenciária; e dos 28,8%, destinada a Auditores Fiscais que atuaram no período de janeiro de 1993 a julho de 1999.

Márcia Barbosa, que veio da cidade de Campos dos Goytacazes, município do Rio de Janeiro, elogiou a atuação da ANFIP Nacional e ressaltou a importância do trabalho Jurídico para o associado, que se sente “amparado” pela Entidade. “Estou sempre em contato com o setor Jurídico da ANFIP e sou muito bem atendida. Quando eu disse [para os colegas] que vinha pra cá, vários já me passaram as demandas deles para trazer para a ANFIP”, afirmou.

Miguel Nôvo reafirmou o compromisso da ANFIP em garantir a proteção e o amparo legal dos associados. Ele falou, ainda, sobre o Projeto Sociocultural, iniciativa que visa aproximar a Associação de seus associados em todas as regiões do Brasil. “Nossa ideia é fazer com que o nosso associado sintam, realmente, a presença da ANFIP, não só nas questões políticas e jurídicas, mas também nas questões sociais”, pontuou.

**Valorização da carreira** - A reunião também destacou a necessidade de ampliar a visibilidade do trabalho realizado pela Receita Federal do Brasil e pelos Auditores Fiscais, especialmente no combate à sonegação fiscal, na arrecadação de impostos e na fiscalização tributária.

Para isto, os dirigentes da ANFIP e os associados presentes destacaram que é fundamental estabelecer um diálogo mais próximo com parlamentares e a população, a fim de demonstrar a importância dessas atividades para o desenvolvimento econômico e social do país.

“Jamais teremos um cargo fortalecido se a casa [Receita Federal] não for forte”, disse Nôvo.

Marcelo Bazhuni, de Niterói (RJ), informou que é realizado um intenso trabalho junto aos parlamentares de seu estado, em busca de atender as demandas da carreira e pela valorização do fisco. Ele pediu apoio da ANFIP na produção de vídeo institucional detalhando as atribuições e o papel estratégico dos Auditores Fiscais na administração tributária do país, a fim de alcançar o justo reconhecimento da carreira.

A reunião reforçou o compromisso da ANFIP em atuar de forma integrada com seus associados, defendendo seus direitos e promovendo ações de valorização dos servidores do fisco brasileiro.

Também estiveram presentes, pelo Conselho Executivo, os vice-presidentes Margarida Lopes de Araújo (Serviços Assistenciais) e Antonio Carlos Silveira (Administração, Patrimônio, Cadastro e Tecnologia da Informação); e pelo Conselho Fiscal, a coordenadora Jamile Jabra Malke e os titulares José Amilton Vieira e José Arinaldo Ferreira.

# Conselho Fiscal prepara relatórios da movimentação financeira



O Conselho Fiscal da ANFIP Nacional realizou, de 18 a 20 de fevereiro, reunião extraordinária, em continuidade à análise e deliberação de documentos contábeis, execução orçamentária, movimentação financeira da Associação.

Com a condução da coordenadora Jamile Jabra Malke, os trabalhos incluíram ainda a emissão dos relatórios e normas de controle interno do

4º trimestre de 2024 (outubro, novembro e dezembro); relatório gerencial; análise das justificativas referentes às recomendações e solicitações de esclarecimentos emitidos pelo CF (mandato 2024/2025); e análise das propostas de alteração do Estatuto da ANFIP Nacional. Também estiveram presentes os demais integrantes titulares do CF, José Amilton Vieira e José Arinaldo Ferreira.

O presidente Miguel Nôvo participou da abertura da reunião e atualizou os conselheiros sobre a gestão e as ações que estão em andamento, como o projeto ANFIP do Futuro, a V Convenção Extraordinária, o novo estatuto social e os avanços tecnológicos importantes para manter a entidade sempre atualizada. Para Nôvo, muitos projetos que estão sendo implantados agora foram aprovados em outras convenções. “Estamos só tendo a disposição de executar o que se idealizou no passado”, destacou. O presidente espera ainda que a próxima Convenção Extraordinária aprove mudanças importantes para 2025. “A gente espera que sejam aceitas, na Convenção, algumas propostas que a gente já externou. Parece que estamos sendo ousados, mas tem muita coisa pela frente que pode ser feita pela entidade”, finalizou.

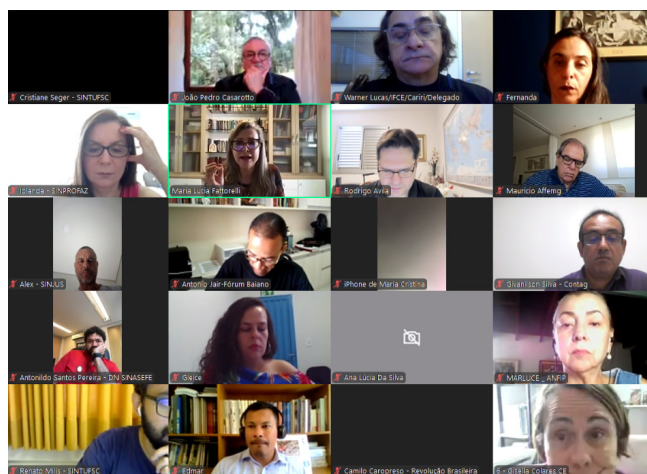
## Auditoria Cidadã da Dívida debate contas públicas

A vice-presidente de Comunicação Social da ANFIP Nacional, Marluce Soares, participou, dia 18 de fevereiro, de reunião realizada pela Auditoria Cidadã da Dívida, coordenada pela Auditora Fiscal Maria Lúcia Fatorelli.

O encontro, realizado em formato virtual, contou com a presença da deputada federal Fernanda Melchionna (Psol/RS), coordenadora da Frente Parlamentar pelo Limite de Juros e Auditoria da Dívida, e discutiu temas como o impacto da alta da Selic nas contas públicas e a Campanha Nacional por Direitos Sociais.

Durante a reunião, também foi apresentado o novo curso “O Sistema da Dívida no Brasil e a Necessidade de Auditoria Integral”, com inscrições abertas até 6 de março de 2025. Acesse [aqui](#).

Além disso, foram debatidas estratégias para fortalecer as campanhas pelo limite de juros (PLP 104/2022) e pela redução da dívida pública, bem como iniciativas dos



núcleos da Auditoria Cidadã da Dívida em diversos estados. A reunião reforçou a importância da mobilização em defesa dos direitos sociais e do controle da dívida pública.



# Conselheiros prestigiam posse da nova diretoria do Sindifisco Nacional



O presidente Miguel Nôvo, acompanhado de diversos conselheiros da ANFIP Nacional, esteve presente na solenidade de posse da nova diretoria do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Sindifisco Nacional), realizada dia 19 de fevereiro, em Brasília. A nova

gestão passa a ser liderada pelo Auditor Fiscal Dão Real.

Miguel Nôvo, em nome da ANFIP, cumprimentou toda a diretoria do Sindifisco Nacional, destacando a importância da parceria entre as duas entidades na luta pelos interesses dos servidores do fisco e da valorização da carreira.

A presença da ANFIP no

evento simboliza a sintonia e o respeito mútuo entre a Associação e o sindicato, que historicamente atuam em conjunto para representar e defender os Auditores Fiscais da Receita Federal.

A ANFIP Nacional deseja sucesso à nova gestão do Sindifisco Nacional na condução dos trabalhos da entidade.

## Ação Fiscal

### Receita Federal e Polícia Federal deflagram operação de combate a ilícitos no comércio alimentício

A Receita Federal e a Polícia Federal deflagraram, dia 18 de fevereiro, a operação Publicanos, que tem por objetivo apurar e combater práticas ilícitas observadas no comércio de mercadorias destinadas à Venezuela, perpetradas por empresas comerciais exportadoras.

O esquema foi investigado pela Receita Federal, que identificou condutas relacionadas com o retorno clandestino ao Brasil de mercadorias que foram efetivamente exportadas para a Venezuela e carregamentos que não transpuseram a fronteira ainda que as mercadorias tivessem sido formalmente exportadas, sendo revendidas no território brasileiro

sem o pagamento dos tributos, que deixaram de ser recolhidos por terem sido destinadas à exportação. Estimase que a fraude tenha causado prejuízo significativo aos cofres públicos.

Foram também identificadas condutas relacionadas a operações de câmbio ilegais e à margem do Sistema Financeiro Nacional, com ingressos no território brasileiro de moeda estrangeira, em espécie, provenientes da Venezuela e não declarada à Receita Federal (e-DBV), representando uma das formas utilizadas pelas empresas investigadas para receber os pagamentos de suas exportações cujas receitas, ainda que expressivas, não foram objeto de nenhum contrato de câmbio.

Um servidor da Receita Federal

supostamente colaborava com o esquema, sendo que foram cumpridos quatro mandados de busca e apreensão em endereços relacionados com o servidor.

Foram cumpridos 12 mandados de busca e apreensão (MBA) nos estados de Roraima, Amazonas e Santa Catarina. Os responsáveis poderão responder pelos crimes de sonegação fiscal, contrabando, descaminho, operações ilegais de câmbio, evasão de divisas, lavagem de dinheiro e corrupção.

Participam da operação aproximadamente 18 auditores-fiscais e analistas-tributários da Receita Federal e 50 policiais federais.

Fonte: Receita Federal

# Benefícios e Convênios

## Allcare orienta associados contra fraudes; confira o passo a passo

**M**esmo com o surgimento de novas formas de pagamento nos últimos anos, a modalidade via boleto bancário permanece entre as mais utilizadas pelos brasileiros. Apesar de ser um meio seguro de transação,

vem crescendo o registro de golpes envolvendo adulteração de dados ou valores, principalmente, na hora da impressão dos documentos.

Pensando na proteção dos associados e beneficiários da

ANFIP, a Allcare, administradora do plano de saúde Unimed Vitória, elaborou um passo a passo com orientações para identificar possíveis tentativas de fraude nos boletos gerados pela empresa. Confira [aqui](#) o documento.

## Eletroeletrônicos com descontos no seu clube de vantagens

Só no ANFIP Tem +Vantagens os associados podem adquirir eletroeletrônicos com descontos de até 30%. Máquina de lavar, lava louças, microondas, secador de cabelo e muitos produtos selecionais com ofertas especiais.

Se você ainda não ativou o seu cadastro, acesse [aqui](#) a plataforma e inicie a sua pesquisa. Há uma variedade de produtos e serviços de qualidade que podem ser comprados com economia. Aproveite!



**COM A ANFIP  
VOCÊ VAI + LONGE**

**Inscrições até dia  
28 de fevereiro.**

## Fale com a ANFIP

### GERAL

(61) 3251-8100 (ligação e whatsapp)  
0800 701 6167 (somente telefones fixos ou públicos)  
E-mail: [ouvidoria@anfip.org.br](mailto:ouvidoria@anfip.org.br)

### APOSENTADORIAS E PENSÕES

3004-1200 (custo de ligação local)  
E-mail: [aposentadoriasepensoes@anfip.org.br](mailto:aposentadoriasepensoes@anfip.org.br)

### CADASTRO

E-mail: [cadastro@anfip.org.br](mailto:cadastro@anfip.org.br)

### COMUNICAÇÃO SOCIAL

E-mail: [comunicacao@anfip.org.br](mailto:comunicacao@anfip.org.br)

### PRESIDÊNCIA

E-mail: [presidencia@anfip.org.br](mailto:presidencia@anfip.org.br)

### SECRETARIA

E-mail: [secretaria@anfip.org.br](mailto:secretaria@anfip.org.br)

### JURÍDICO

3004-9197 (custo de ligação local - atendimento das 14h às 18h)  
(61) 3251-8121 / 8123 / 8126  
E-mail: [juridico@anfip.org.br](mailto:juridico@anfip.org.br)

### SERVIÇOS ASSISTENCIAIS

3004-9196 (custo de ligação local)  
E-mail: [assistenciais@anfip.org.br](mailto:assistenciais@anfip.org.br)  
MarktClub: 0800 932 0000 – Ramal: 4199  
Allcare: Whatsapp (11) 3003-5200 /  
SAC 0800 941 4962 (atendimento das 8h às 20h, de segunda a sábado, exceto feriados)  
Geap: 0800 728 8300